

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA
CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO E LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA

ALINE CRISTINA SIMÃO DE OLIVEIRA

**RACISMO E PRECONCEITO RACIAL NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA:
O QUE DIZEM OS ESTUDANTES NEGROS?**

UBERLÂNDIA

2019

ALINE CRISTINA SIMÃO DE OLIVEIRA

**RACISMO E PRECONCEITO RACIAL NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA:
O QUE DIZEM OS ESTUDANTES NEGROS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina TCC 2 do curso de Educação Física (Bacharelado/Licenciatura) da Universidade Federal de Uberlândia (FAEFI/UFU) como requisito obrigatório para sua conclusão.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Matias do Prado

UBERLÂNDIA

2019

ALINE CRISTINA SIMÃO DE OLIVEIRA

**RACISMO E PRECONCEITO RACIAL NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA:
O QUE DIZEM OS ESTUDANTES NEGROS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina TCC 2 do curso de Educação Física (Bacharelado/Licenciatura) da Universidade Federal de Uberlândia (FAEFI/UFU) como requisito obrigatório para sua conclusão.

Uberlândia (MG), 19 de dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vagner Matias do Prado
ORIENTADOR

Profa. Dra. Gabriela Machado Ribeiro
FAEFI/UFU

Prof. Ma. Andreia Sousa de Jesus
FAMED/UFU

Aline Cristina Simão de Oliveira
CANDIDATA

Dedico esta monografia em primeiro lugar a Deus, que me deu saúde e forças para superar todos os momentos difíceis a que eu me deparei ao longo da minha graduação. Ao meu pai e minha mãe por serem essenciais na minha vida e a toda minha família e amigos por me incentivarem a ser uma pessoa melhor e não desistir dos meus sonhos. A vocês a minha eterna gratidão!

“Ninguém nasce odiando outra
pessoa pela cor de sua pele,
por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar,
as pessoas precisam aprender, e se elas podem
aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”.

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por sua infinita bondade e presença na minha vida. Por me conceder força e saúde para chegar até aqui! Me deu coragem para enfrentar os obstáculos que surgiram no caminho e aprender a não desistir perante as intempéries da vida. Sem Ele, eu nunca teria conseguido.

Agradeço aos meus pais, por serem os primeiros a acreditarem no meu sonho, antes mesmo de mim, quando já pensava que era algo tão distante da minha realidade. Obrigada por vocês não medirem esforços para que eu pudesse completar esta fase tão importante na minha vida. Sem vocês, a chegada teria sido bem mais difícil. Amo incondicionalmente vocês!

Agradeço também a minha avó Maria de Lourdes, que nunca deixou de rezar por mim. Sou eternamente grata por esse amor tão carinhoso e cuidadoso de vovó. Amo a senhora!

Aos meus irmãos Vanessa e Geovani que sempre apoiaram-me e estiveram presentes comigo nesta caminhada... Amo vocês.

À minha madrinha (Tia Tonha) que foi minha segunda mãe não só neste período, mas em toda a minha vida. Que vibrou quando passei no vestibular e sempre procurou me ajudar de todas as maneiras possíveis. Agradeço à Deus pela vida da senhora!

Aos meus amigos de longa data e caminhada, Danilo, Paty, Marcela. Obrigada por suportarem a minha ausência e mudanças de humor em tantos momentos, e não deixarem que a nossa amizade se perdesse. É muito bom saber que vida nos presenteia sempre de pessoas especiais. Obrigada por partilharem deste sonho comigo... Amo vocês! Aos amigos que a UFU me deu, nosso eterno "Clã" (Debs, Clê, Eliseu e Mari). Guilherme (vulgo meu irmão de coração, obrigada por me ouvir tantas e tantas vezes) e Marcelo que nos aproximamos por acaso e que virou um amigo muito especial. Vocês estarão sempre no meu coração...

Ao meu orientador, professor Vagner que embarcou de cabeça nesta minha ideia e por acreditar na minha capacidade em concretizar esta monografia. Obrigada pela dedicação e puxões de orelha, sei que sempre foram para o meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço também as professoras participantes da banca examinadora, professora Gabriela Machado Ribeiro e professora Andreia Sousa de Jesus, que partilharam comigo este momento tão importante e esperado. E por fim agradeço a todos amigos e familiares que não citei, mas que contribuíram direta ou indiretamente para que este sonho se realizasse.

À cada um de vocês, minha eterna Gratidão!!!

Deus é bom!!!

RESUMO

O presente trabalho buscou investigar a incidência de racismo e preconceito racial durante o processo de formação inicial em Educação Física, nas três habilitações que, atualmente, são ofertadas pela Universidade Federal de Uberlândia (Licenciatura/Bacharelado, Bacharelado e Licenciatura). Objetivou-se compreender quais são as percepções sobre racismo e preconceito racial de alunos que se autodeclaram como negras e negros, e como eles/as lidam com possíveis situações de preconceito durante o processo de formação. A metodologia utilizada foi o estudo de caso de abordagem qualitativa, tendo como instrumentos para a produção de dados questionários e entrevistas estruturadas. Os dados foram analisados a partir da caracterização do perfil social dos/as participantes e as entrevistas problematizadas em duas categorias: 1ª) Definições sobre racismo e preconceito racial e 2ª) Experiências de preconceito vivenciadas ou presenciadas. Os resultados obtidos permitem compreender que poucos estudantes apresentam definições conceituais sobre racismo e preconceito racial, que admitem caracterizar situações sofridas ou presenciadas para um possível enfrentamento. Também que os/as colaboradores são sensíveis a perceberem situações de discriminação sofridas e/ou presenciadas no curso da graduação, fato que demonstra que o racismo e o preconceito racial acompanham os /as estudantes durante o processo de formação inicial.

Palavras-chave: Racismo. Preconceito Racial. Formação em Educação Física.

ABSTRACT

This study investigated the effects of racism and racial prejudice during the initial training in Physical Education in the three skills that today are offered by the Federal University of Uberlândia (Licentiate/Bachelor degree, Bachelor degree and Licentiate degree). This study aimed to understand what are the perceptions of racism and racial prejudice of students who declared themselves as black men and women, and how they handle with possible situations of prejudice during the training process. The methodology used was case study of qualitative approach, with the instruments for the production of questionnaires and structured interviews data. Data were analyzed from the characterization of the social profile of participants and interviews problematized in two. 1^a) Definitions and 2^a) Experiences. The results allow us to understand that few students have conceptual definitions on racism and racial prejudice that can characterize situations suffered or witnessed for a possible confrontation. Also that the employees are sensitive to realize suffered discrimination situations and / or witnessed in the course of graduation, which demonstrates that racism and racial prejudice accompany the students during the initial training process.

Key words: Racism. Racial prejudice. Training in Physical Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 Capítulo 1: Raça, racismo e preconceito racial: aproximações conceituais e legislação ...	12
2.2 Capítulo 2: Racismo, preconceito racial, educação e Educação Física.....	15
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1 Perfil social dos estudantes de Educação Física.....	23
4.2 Análise das entrevistas.....	27
4.2.1 Definições de Racismo e Preconceito Racial	28
4.2.2 Experiências vivenciadas ou presenciadas	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.....	44
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA ESTRUTURADA	47
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	48

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), em um estudo realizado entre 2012 e 2016, a população brasileira chega a 205,5 milhões de pessoas. Deste número, 90,9 milhões se autodeclararam brancos, 95,9 milhões se autodeclararam pardos e 16,8 milhões de autodeclararam pretos¹. Ou seja, reunindo os dois grupos (pardos e pretos) temos que mais da metade da população brasileira não se considera como branca.

Comumente utiliza-se o termo “minoría” para se referir a grupos excluídos e ou subalternizado nos diferentes contextos sociais, dentre eles, a população negra². Todavia, a partir dos dados apresentados, percebe-se que a negritude não se constitui enquanto minoría, mas sim uma maioria, por vezes silenciada, e que deve ser considerada para que possamos (re)pensar a participação política, social e que garanta direitos a todos e todas. Nesse sentido, a ideia de “minoría” deveria ser pensada no sentido de “maiorías silenciadas” quando se referir a essa população.

Zamora (2012) destaca que o termo “minoría” para este grupo de pessoas, é inadequado. Se os negros são a maioria do país, supostamente deveriam ter a mesma equivalência em termos de acesso a direitos sociais. Contudo, a “parte negra” concentra dados iníquos em relação à branca, formando, na prática, “dois países”, relacionado ao problema de identidade.

Um dado alarmante que atinge, de forma contundente a população negra se refere à violência. Cerqueira e Coelho (2017) apresentam dados apoiados em censos estatísticos realizados em 2014 que revelam a violência como causa de mortes de pessoas negras e não negras em todo o país. Em um total 60.474, essas mortes não atingem de forma aleatória a população, mas sim na maioria dessas mortes violentas, a vítima é jovem pobre, negra e de baixa escolaridade, moram nos territórios estigmatizados das grandes cidades, as favelas ou são tão pobres que não têm onde morar.

Na área da educação as diferenças são bem marcantes. Segundo dados do (IBGE, 2016), em 2012, 22,1% dos jovens de cor branca com idade entre dezoito e vinte e quatro anos frequentavam o ensino superior. Dentre os jovens de cor negra ou parda, este percentual era de 9,6%. Nesse sentido, caberia perguntar: quais as experiências que estudantes negros/as, ao iniciarem o processo de formação profissional no ensino superior, apresentam?

¹ Termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

² População negra: Grupo de pessoas que se autodeclararam como pretos e pardos.

Há evidências de que processos discriminatórios operam nos sistemas de ensino, no qual “[...] penaliza crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, levando-os à evasão e ao fracasso, resultando no reduzido número de negras e negros que chegam ao ensino superior. Cerca de 10% da população universitária do país.” (BRASIL, 2014, p. 9).

No ano de 2003 o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639³. Este documento enfatiza a importância do combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial, nas entidades de ensino, no sentido de que reconhecem a escola como “[...] lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de que a instituição promova a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos.” (BRASIL, 2014, p. 3).

No mesmo ano, foi publicado o decreto nº 4.886/03 que estabeleceu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (BRASIL, 2003). Em outubro de 2004 ocorreu a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Posteriormente, em 2008, a Lei 10.639/03 foi modificada pela Lei Ordinária nº 11.645⁴ de março de 2008, que incluiu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar, e também se determina o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar (SALES, 2011).

Neste sentido a proposta da presente investigação é problematizar qual a percepção de estudantes de Educação Física que se autodeclaram como negros/as, sobre racismo preconceito racial? Para constituir a problemática da pesquisa, objetivamos compreender as conceituações de racismo e preconceito racial a partir da produção científica da área das relações étnicorraciais; traçar o perfil social de estudantes que se autodeclaram como

³ Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁴ Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008, p. 1).

negros/as; identificar a percepção de estudantes sobre racismo e preconceito racial e por último compreender de que maneira estudantes negros/as lidam com o racismo e o preconceito racial durante o processo de formação inicial.

A temática abordada neste trabalho trata-se de um assunto pouco dialogado durante o processo de formação inicial em Educação Física. Deste modo, surgiu o interesse em investigar como os/as alunos/as que se autodeclaram negros/as se comportam dentro da universidade pública perante as incidências de racismo e preconceito racial.

Diante do atual cenário político/social, vários debates vêm sendo realizados dentro e fora do âmbito universitário, acerca das questões étnicorraciais, de modo a conscientizar a população que o racismo existe e como afeta todos os âmbitos da sociedade.

Somente a partir de uma aproximação deste público será possível identificar as possíveis ocorrências de racismo e preconceito racial durante o processo de formação inicial e buscar meios de atenuar e/ou extinguir esses fatos dentro na nossa realidade. Objetiva-se que este trabalho possa servir como iniciativa para outras pessoas que também tenham interesse pelo tema, contribuindo assim, na diversificação de temas de pesquisas realizados na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Capítulo 1: Raça, racismo e preconceito racial: aproximações conceituais e legislação

Para que seja possível uma melhor compreensão acerca dos termos raça, racismo e preconceito racial, se faz necessário um esclarecimento sobre os termos já citados, de acordos com alguns autores pesquisadores do assunto.

Ao consultar o significado do termo raça no dicionário Aurélio⁵, encontramos a seguinte definição: “Raça: grupo de indivíduos cujos caracteres biológicos são constantes e se conservam pela geração; raça branca, raça amarela, raça negra, raça vermelha.” (RAÇA, 2017). Todavia, cientificamente, sabe-se que o termo raça não existe, que não passa de uma construção histórica, “abraçada” pelo senso comum. Este senso, tido por vezes como verdade, é adquirido através de ações não planejadas, acrítico, permeado pelas opiniões, emoções e valores de quem o produz (FONSECA, 2002).

Para Munanga (2015) Raça é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. Sendo assim, é um operador social que continua a produzir efeitos, sendo utilizada para agregar indivíduos e grupos que compartilham certos aspectos físicos observáveis e ajuda a determinar uma atitude negativa frente a eles. Corroborando com este pensamento, Kamel (2006, p. 45) diz que,

O genoma humano é composto de 25 mil genes. As diferenças mais aparentes (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) são determinadas por um conjunto de genes humanos. Para ser exato, as diferenças entre um branco nórdico e um negro africano compreendem apenas uma fração de 0,005 do genoma humano. Por essa razão, a imensa maioria dos geneticistas é peremptória: no que diz respeito aos homens, a genética não autoriza falar em raças. Segundo o geneticista Craig Venter, o primeiro a descrever a sequência do genoma humano, “raça é um conceito social, não um conceito científico.”

Segundo Telles esta é a definição de consenso na sociologia. “[...] A raça existe apenas em razão das ideologias racistas.” (TELLES, 2003, p. 38).

Para Guimarães (2002) raça é uma categoria analítica indispensável na compreensão da discriminação corrente aos negros no Brasil, ressalta que a ideia de raças tem existência apenas no universo das relações sociais, e não na ciência.

Em razão de questões políticas na tentativa de hierarquização de diferenças entre sujeitos, o racismo geralmente é abordado a partir da raça. Zamora (2012, p.2) salienta que o

⁵ Dicionário Aurélio online: Definição de raça.

“racismo consiste na ideia de que algumas raças são inferiores a outras, atribuindo desigualdades sociais, culturais, políticas, psicológicas, à raça e, portanto, legitimando as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas.” Concomitante, Glass (2012, p. 19) explicita que “o racismo cria raças e mantém as pessoas dentro delas por meio de processos de ordenamento que distribuem, diferentemente, privilégios sociais e benefícios econômicos e políticos.”

Neste sentido, é possível compreender que o termo citado atua como um discurso para segregar determinados grupos a partir da instituição de uma relação assimétrica de poder que subjuga algumas pessoas às outras, sendo como fator determinante neste caso, a cor da pele. Essa segregação reflete diretamente no processo de formação da identidade do negro como cidadão. Diante desses fatos, caberia ressaltar a seguinte indagação: será que tais argumentos descritos acima justificam o baixo número de estudantes negros/as presentes nas instituições de ensino superior?

Não se pode negar que o racismo no Brasil ainda é muito presente, porém, não raro, utiliza de formas veladas como, por exemplo, disfarçado em piadas e/ou brincadeiras para atingir seus alvos. Bolsanello (1996) ressalta que não podemos esquecer que muitas formas de se pensar os negros, são provenientes do discurso científico do século XIX, produzido a partir das teorias raciais europeias. Deste modo, racismo “explicado” pela ciência foi a forma de manter a desigualdade de tratamento entre brancos e negros, naquele momento histórico.

Assim, o racismo advém da ideia de existência de raças distintas, por meio da qual subjuga umas em relação a outras. Segundo Dantas (2014) o racismo, está associado à inferiorização do negro diante de outras raças e, em muitos casos, a um processo de desumanização.

Apesar do discurso que nega ou ameniza a presença do preconceito e da discriminação racial no país, não é difícil presenciar manifestações de racismo no dia-a-dia da vida social brasileira. “Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes, ora é silencioso, como no olhar policial que põe constantemente os negros sob suspeita.” (NUNES, 2006, p. 8).

Diante destes fatos podemos dizer que o racismo e o preconceito racial caminham lado a lado, embora não apresentem especificamente o mesmo significado. Se desmembrarmos a palavra preconceito, “pré-conceito”, compreendemos que remete o sujeito a um conceito previamente formado sobre algo ou alguém, um juízo de valor, que pode acarretar em várias consequências materiais. O preconceito pode ser entendido como uma reação negativa a um grupo ou a um indivíduo em função de sua pertença a determinado grupo.

O preconceito racial é tido como qualquer forma de expressão que discrimina, antecipadamente, um grupo social, uma cultura ou crença. Ou seja, a partir da ideia de raças, estrutura-se o racismo e se estabelecem práticas e ações violentas quanto ao considerado como “diferente” (preconceito racial).

Para Oracy (1955 apud ANTÔNIO 2014, p.15) preconceito racial se define como “uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, ou a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece”.

Concordando com esta ideia, Boskovic e Kozicki (2015) ressaltam que, frequentemente, o preconceito está calcado na suposição de que uma desigualdade social derivaria de uma “desigualdade natural”. É o que se passa com a população negra. A diferença na coloração da pele entre negros e brancos é uma característica, uma diferenciação que é interpretada, muitas vezes, como uma “desigualdade natural”, biológica. Ao contrário, tais marcações e estigmas devem levar em consideração o contexto histórico, político e social que produz a desigualdade cultural, esta criada por pensamentos racistas em termos de “valorização” das raças.

Com base em todos os dados e definições mencionados, acreditamos na necessidade de uma discussão sobre o tema racismo e preconceito racial em âmbito universitário, a fim de saber dos estudantes quais suas percepções em relação ao tema. Pressupomos que a apropriação da Lei nº11.645/08 (Lei África) ⁶e a aplicação dela nas entidades de ensino superior é de suma importância durante o processo de formação de futuros profissionais para que possam tomar posse de conhecimentos que problematizem preconceitos e assimetrias que geram desigualdades.

Pensamos que, dessa maneira, o futuro profissional, em sua atuação, seja em âmbito escolar ou não, apresentará melhores condições ao falar sobre o tema com seus alunos. Nesse sentido, será que o assunto em questão é tratado no processo de formação inicial de profissionais da área da Educação Física? Será que as instituições de ensino superior oferecem aos seus alunos os saberes necessários no que diz respeito à Lei nº11.645/08?

Para elucidar um pouco sobre a maior inserção do negro no ensino superior, é preciso falar brevemente sobre a política de cotas raciais no país. A data de início sobre as experiências de cotas em instituições de ensino público no país marca a partir de 2003 porém, Telles (2003) resalta que já haviam debates em movimentos sociais desde a década de 1980.

⁶ Nomenclatura da Lei popularmente conhecida.

O que se discute muito é que a política de cotas, visa uma reparação histórica em relação a certos grupos sociais desfavorecidos. A implementação da política teve por iniciativas as universidades públicas, e cada instituição destinava uma porcentagem de vagas para este grupo étnico, mas como já esperado, houve grupos contrários à política e sua legitimidade.

Segundo Neves e Lima (2007), o posicionamento contrário às cotas sempre vem seguido do discurso de meritocracia, de igualdade e justiça social, e que as cotas não resolveriam este problema. Embora resistência de setores contrários, em 2012 foi sancionada Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que garante a reserva de 50% das vagas em institutos federais de educação e universidades públicas.

Destes 50%, metade das vagas é destinada para alunos com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, sendo a outra metade destinada aos estudantes com renda familiar superior a este valor, e do total de vagas reservadas, há uma porcentagem que deve se destinar a negros, pardos e indígenas.

Mas será que dar essa oportunidade à população negra de acesso as instituições de ensino superior seria o suficiente? Como será que o aluno negro/a é tratado no âmbito acadêmico? Será que existe um suporte de permanência destes estudantes? E como se dá as relações com os colegas de curso e/ou instituição?

2.2 Capítulo 2: Racismo, preconceito racial, educação e Educação Física

A partir de buscas na base de dados *Scientific Electronic Library* (SciELO), pesquisamos por artigos que tematizassem as relações étnicorraciais durante a formação em Educação Física. Encontramos muitos estudos nos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais e História. Sobre a Educação Física, ao utilizarmos descritores como: educação física e racismo; educação física, racismo e formação de professores/as; educação física e preconceito racial, as ocorrências encontradas não faziam referência a formação inicial de profissionais da área, mas sim ao trabalho realizado por professores na educação básica.

Então partimos para a nossa investigação a partir da temática discutida na área da educação em âmbito mais amplo, afim de embasar teoricamente nosso trabalho. As produções apresentadas a seguir, indicam como é a visão da sociedade em relação ao cumprimento da lei de cotas e quais implicações para quem é favorecido por estas ações afirmativas.

Tobias (2014) relata em sua dissertação, a chegada de estudantes negros e negras em duas universidades estaduais do estado do Rio de Janeiro, UERJ e UENF⁷ a partir de 2001 como meio de entrada principal as ações afirmativas, cotas. Esse tema ocasionou diversos debates, pois algumas pessoas se posicionavam contra o sistema de cotas por acreditarem que o problema do negro não estar presente no ensino superior, não é cor da pele, mas sim um fator social, logo defendem a ideia de que era necessário apenas cotas sociais pois englobaria as pessoas de baixa renda e conseqüentemente os negros.

Já uma outra posição é a que defende a existência de cotas raciais, pois eles acreditam que o problema da exclusão não é somente de cunho social. No vestibular em 2002 nas instituições citadas, alunos brancos disseram que se sentiram prejudicados pela política de cotas, alegando que violava a lei de igualdade entre todos, e que não houvesse essas vagas reservadas eles teriam sido aprovados.

Em resposta a estes contrários à política, os que apoiam disseram que em nenhum momento as reservas de vagas ferem os princípios de igualdade, mas sim, dá a oportunidade de alunos negros/as de estudar em instituições que de certo modo estavam excluídos devido a marginalização social que esta população sofre, à desigualdade social e ao racismo (TOBIAS, 2014).

Nunes (2014) em seu trabalho relata falas de estudantes universitárias sobre o racismo no Brasil. O trabalho foi realizado na Universidade de São Paulo (USP), e contou com 11 estudantes do primeiro ano do curso de letras. Alguns relatos mostraram que os entrevistados, já presenciaram vários casos de racismo e/ou preconceito racial, seja em tons de brincadeiras, ou de olhares que “julgam” o outro pela cor da pele, em vários ambientes.

Alguns estudantes disseram que o racismo no Brasil às vezes se dá por meio dos próprios negros, que muitos não conseguem as coisas porque não vão atrás, que as dificuldades são as mesmas para todos. A autora ressalta que em relação às cotas, todos os entrevistados eram contra, pois subentendiam que as cotas como algo negativo perante ao negro, colocando-o como um sujeito “menos capaz ou desprovido de inteligência e, as cotas foram chamadas de medidas que tapam os buracos e mascaram os verdadeiros problemas da escola pública” (NUNES, 2014, p. 13).

Por fim tiveram dois alunos que se mostraram indiferentes em relação ao racismo, pois disseram que sempre tiveram contato com pessoas negras. E o que chamou à atenção da

⁷ UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense.

autora foi de dois entrevistados que assumiram serem racistas. Uma alega que por ter sido filha de policial, e o pai sempre se referiu as pessoas negras, como perigosas e bandidas, e ela diz que cresceu com isso. O outro entrevistado, diz que quando vê uma pessoa negra, já pensa que ela é “menos capaz”. A autora conclui que, por meio dessas falas que o racismo no Brasil é “velado e presente, ao mesmo tempo. Todos os alunos entrevistados afirmam que existe racismo no país. Porém, só dois deles se assumiram racistas. Ninguém quer o título de racista.” (NUNES, 2014, p. 19).

Bastos et. al (2010) buscaram compreender as experiências de discriminação entre universitários de duas universidades públicas, sendo uma estadual e uma federal, no estado do Rio de Janeiro oriundos de diferentes cursos. Conduziram grupos focais com 43 estudantes. Os autores puderam perceber que o preconceito foi interpretado por esses alunos como algo pertencente ao campo das ideias e pode ser possivelmente equivocado, podendo ser tanto positivo quanto negativo. Foi possível notar também, que os participantes da pesquisa, se reconheceram tanto como vítimas, quanto promotores de discriminação.

Em outro trabalho, este realizado por Lemos (2017), é apresentada narrativas de cotistas raciais sobre as suas experiências na universidade. O estudo foi desenvolvido na Universidade Federal do Pará e se concentrou na trajetória acadêmica dos alunos que ingressaram na universidade através do sistema de cotas. O objetivo foi compreender quais experiências esses alunos vivenciaram durante o processo de formação nos cursos de Direito, Ciências Sociais, Engenharia da Computação e Medicina. Os entrevistados relataram que sofreram preconceito tanto por serem negros, como por serem cotistas por outros alunos e até mesmo por alguns professores, por meio de piadas, apelidos e até insultos.

Weller, Ferreira e Meira (2009) apresentaram experiências vividas por quatro universitárias que ingressaram pelo sistema de cotas nos cursos de Medicina, Engenharia Elétrica, Pedagogia e Serviço Social, na Universidade de Brasília (UnB). Os relatos das estudantes visibilizaram situações de preconceito e/ou racismo vivenciados na fase escolar e também em âmbito universitário, principalmente pelo número reduzido de alunos negros nas instituições. Também relataram que a maioria das ocasiões eram de forma dissimuladas, sutis, por meio de “brincadeiras”. Uma das entrevistadas relatou que uma colega de curso chegou a mencionar que a universidade era composta de pessoas mais inteligentes antes de ingressantes advindos do sistema de cotas.

As autoras puderam perceber que todas as entrevistadas relataram situações marcantes na sua construção como sujeito social no espaço escolar. A questão da defesa sobre cotas diverge entre as entrevistadas quando, as estudantes de Pedagogia e Serviço Social defendem

a existência das cotas e as alunas de Engenharia e Medicina dizem que o problema é a falta de investimento no ensino público resultaria em uma justa competição para o acesso ao ensino superior.

Podemos perceber pelos relatos dos estudantes negros/as dos trabalhos apresentados, o quão árduo é vivenciar as situações de racismo e preconceito racial na sociedade, e as dificuldades encontradas para a sua permanência nas instituições. Por vezes somos induzidos a acreditar que vivemos em um país pluralista, um verdadeiro “paraíso racial”, que racismo no Brasil, é lenda, mas podemos perceber que inúmeras pesquisas realizadas com esta temática, mostra o quanto a população negra é discriminada.

Dos poucos trabalhos que sugeriram na busca para a área da Educação Física, encontramos o trabalho de Rangel (2006), onde o autor levanta uma reflexão sobre a possibilidade de haver a formação de preconceito étnicorracial nas aulas de educação física no ensino infantil. Neste trabalho, o autor traz levantamentos a partir de revisão bibliográfica, como o preconceito racial se dá em várias formas no ingresso do ensino infantil e como o tema ainda é relativamente ausente do currículo de formação profissional do professor de Educação Física.

Pesquisando de forma mais ampla a questão da formação de professores, Gomes (2003) levanta algumas questões que nos fazem refletir sobre como o tema relacionado está ou não sendo inserido nos currículos. Algumas questões como temáticas que os/as professores/as gostariam de discutir e de debater no seu percurso de formação e no dia-a-dia da sala de aula, e “que temáticas sociais e culturais são omitidas, não são discutidas ou simplesmente não são consideradas importantes para a sua formação profissional e para o processo educacional dos seus alunos? Será que a questão racial está incluída nessas temáticas omitidas ou silenciadas?” (GOMES, 2003, p. 3).

Buscando-se fazer uma ligação entre o ponto de vista de professores em processo de formação e de professores em formação continuada, Canen e Xavier (2011) relatam que dentro do tema sobre relações étnicorraciais, a formação continuada de professores tem um papel relevante. Para as autoras, é necessário preparar os educadores para refletirem e trabalharem com a diversidade cultural, permitindo assim, abrir espaços para a transformação da escola em um local onde as diferentes identidades possam ser respeitadas e valorizadas.

Segundo Dias (2012), a formação de professores deve possibilitar que estes educadores sejam capazes de desenvolver experiências de aprendizagem nas quais as crianças e jovens se apropriem dos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos vários grupos étnicorraciais.

No caso da Educação Física, é possível usar como meio de experiências, filmes, danças, arte, música, entre outras linguagens que tragam os saberes científicos, as lutas e resistências desses povos. É necessário compreender a importância da discussão deste tema durante o processo de formação, no intuito que cause um impacto benéfico a estes futuros profissionais, de forma que contribua para a melhoria no exercício de sua profissão, diversificando assim, a dinâmica de ensino em relação à diversidade cultural.

Henriques (2002) em seus estudos patrocinados pela UNESCO, revela que o racismo e a discriminação racial são fenômenos ainda presentes na sociedade brasileira e que a cor da pele, ainda é critério que difere no tratamento desigual entre negros e brancos.

Para melhor exemplificar como estes casos ainda estão presentes, em abril de 2017 uma jovem denunciou, em uma rede social, um grupo de seis rapazes que a atacou durante uma festa de formatura de alunos da Universidade Federal de Uberlândia. Segundo ela, em razão de preconceito racial. A vítima disse que se sentiu extremamente violentada, quando alguns indivíduos arrancaram o turbante da sua cabeça. A notícia repercutiu rapidamente nas redes, onde muitas pessoas repudiaram tal acontecimento (ALEIXO, 2017).

Fato mais recente ocorreu em março de 2018 e que também gerou grande repercussão nas redes sociais. Um aluno da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, tirou uma foto de outro estudante da mesma instituição e compartilhou em um grupo de mensagens com a seguinte frase: “Achei este escravo no fumódromo! Quem for o dono avisa!”. A vítima registrou boletim de ocorrência por injúria racial e o autor da foto foi suspenso da faculdade por três meses (ACAYABA, 2018).

Segundo Munanga (2005) o Brasil desenvolveu seu racismo assentado na negação do mesmo, e é difícil combatê-lo justamente por este fato. Assim entendemos que é preciso cada vez mais trazer problematizações sobre racismo e preconceito racial, em diferentes âmbitos da sociedade, e principalmente nas universidades, de onde pessoas estão se formando enquanto pensadores e formadores de opiniões.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa configurou-se em caráter qualitativo. Para Minayo (1994, p. 21), a “pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser quantificados.”

Em virtude do trabalho ter por finalidade compreender quais são as percepções sobre racismo e preconceito racial na perspectiva de estudantes universitários, a abordagem qualitativa caracteriza-se como a mais propícia para o direcionamento da pesquisa.

O tipo de pesquisa realizado foi o estudo de caso. Segundo Yin (2001, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.”. O autor enfatiza ser a estratégia mais escolhida quando, dentre outros objetivos, procuramos compreender como algumas relações se estabelecem em determinado meio.

Goode e Hatt (1979, p. 421-422) salientam que o estudo de caso é método de olhar para a realidade social. Deste modo, definem que “[...] não é uma técnica específica, é um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado.”.

Nossa proposta optou pelo estudo de caso, visto que procuramos compreender as percepções sobre racismo e preconceito racial que permeariam o universo de estudantes universitários, de ambos os gêneros, matriculados em três cursos de formação inicial em Educação Física de uma mesma instituição. Partimos do pressuposto de que o grupo, embora com histórias de vida distintas, partilha representações comuns, visto que se encontra inserido em uma mesma estrutura institucional junto a Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia - FAEFI/UFU.

No que se refere ao nosso objeto investigativo, embora os estudantes apresentem singularidades, partilham de processos comuns sobre formação técnica e acadêmica. Assim, tecemos algumas considerações, a partir dos dados gerados, no que tange a possíveis experiências de discriminação e preconceito vivenciadas por nossos colaboradores.

A população do estudo foi composta por estudantes dos cursos de Bacharelado/Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Educação Física e Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Uberlândia-MG.

O curso de Bacharelado/Licenciatura foi implementado na UFU em 1971 e, a partir de uma formação única, habilita o profissional tanto para a atuação na área da Educação Básica

(Licenciatura) quanto para atuar como profissional liberal em outros espaços formativos que não a escola (Bacharelado) de acordo com Projeto Pedagógico do curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2011).

A partir de determinações legais-normativas sobre a formação inicial de profissionais da área de Educação Física e de acordo com a resolução 15/2011, que aprova as Normas Gerais da Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, a FAEFI/UFU adequou a formação via especificação das habilitações Bacharelado ou Licenciatura, em dois cursos distintos. Assim, após trâmites legais, instituiu, no primeiro semestre de 2018, o curso de “Educação Física, grau Bacharelado” e, no segundo semestre do mesmo ano, o curso de “Educação Física, grau Licenciatura”. A partir disso, os candidatos ao processo vestibular optam, durante o período de inscrição, por qual habilitação desejam concorrer por uma vaga.

Nesse sentido, atualmente, a citada faculdade conta com três cursos, com matrizes curriculares distintas: o curso em extinção (Bacharelado/Licenciatura), o curso de Educação Física, grau Bacharelado e o curso de Educação Física, grau Licenciatura.

Em levantamento inicial realizado junto às coordenações dos cursos durante o primeiro semestre de 2019, obtivemos que 350 estudantes estavam matriculados no curso de Bacharelado/Licenciatura, 82 estudantes matriculados no curso de Educação Física, grau Bacharelado e 37 estudantes matriculados no curso de Educação Física, grau Licenciatura. As entrevistas foram aplicadas *in loco*, durante o período de aulas, não sendo possível obter o controle de alunos (as) faltantes no dia da aplicação.

A pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira, foram aplicados questionários para traçar o perfil dos estudantes dos três cursos. Em relação ao processo de aplicação dos questionários, os mesmos foram aplicados em oito turmas dos três cursos atualmente ofertados, sendo cinco turmas do curso de Licenciatura/Bacharelado (5º, 6º, 7º, 8º e 9º períodos), duas turmas do curso de Bacharelado (2º e 4º períodos) e uma turma do curso de Licenciatura (3º período).

Para a aplicação dos mesmos, os professores foram previamente comunicados pessoalmente pela pesquisadora, e cederam quinze minutos finais de suas aulas. O tempo médio de duração para os (as) estudantes responderem o questionário foi de aproximadamente quinze minutos. Antes de iniciarmos a entrega dos questionários para as turmas, explicamos brevemente sobre a temática da pesquisa, e a importância da participação deles. Mesmo com a leitura e assinatura do TCLE, enfatizamos total anonimato na participação dos colaboradores.

Para atingirmos os objetivos da presente proposta investigativa, foram convidados para participar da pesquisa estudantes dos diferentes gêneros regularmente matriculados nos

três cursos de formação inicial na área. Os critérios de inclusão adotados para a primeira etapa da pesquisa foram: 1) Estar regularmente matriculado em um dos três cursos de Educação Física ofertados pela FAEFI/UFU (em qualquer período do processo formativo); 2) Aceitar colaborar voluntariamente com a pesquisa/ 3) Ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a primeira etapa, os estudantes foram contatados via e-mail de cada turma informados pelas coordenações de cada curso, de modo a informá-los sobre a intenção da realização da pesquisa. Previamente à participação dos estudantes na pesquisa, os voluntários receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A) conforme prevê a Resolução CNS 466/12, do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta a pesquisa com seres humanos.

O instrumento para a coleta de dados na primeira etapa se caracterizou por um questionário. O questionário contemplava questões para traçar um perfil socioeconômico dos estudantes (Apêndice A). Esse instrumento contemplou questões objetivas e uma questão descritiva, relacionada ao posicionamento sobre políticas de cotas, sendo a questão aberta para cotas raciais e sociais.

Para a segunda etapa, referente a possíveis experiências de discriminação e preconceitos enfrentados durante o processo de formação inicial em Educação Física, seguimos os critérios: 1) Autorrepresentar-se como negros/as na resposta ao questionário aplicado na primeira etapa; 2) Demonstrar voluntariedade para procedermos com a condução da entrevista. Estudantes que não atenderam aos requisitos, simultaneamente, foram excluídos da amostra em quaisquer das etapas.

A segunda etapa consistiu na condução de entrevistas com o aporte de um roteiro estruturado, com três perguntas descritivas, as quais foram enviadas, individualmente, por e-mail aos colaboradores. A quantidade de pessoas que se autorrepresentaram como negros e negras e que demonstraram interesse em participar da segunda etapa da investigação, totalizou um “n” de 70 pessoas.

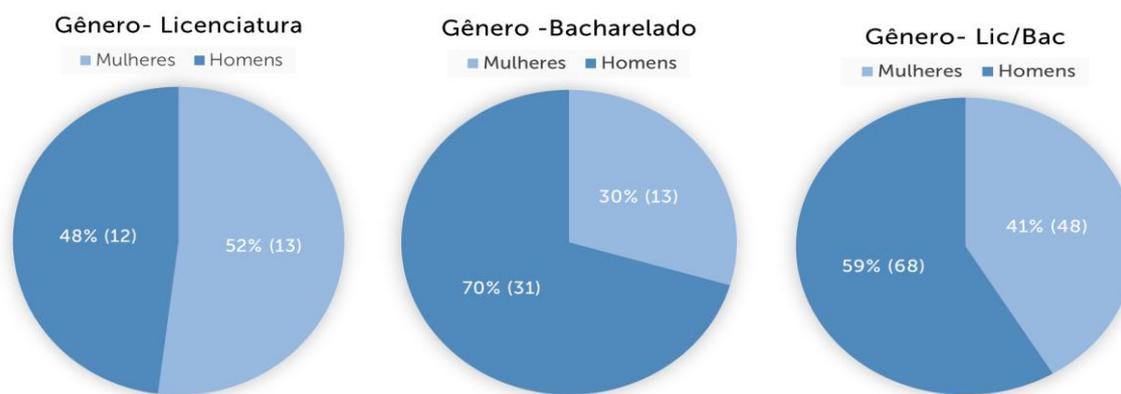
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do número inicialmente levantado junto às coordenações dos cursos, o número de estudantes regularmente matriculados nos três cursos, chegou a uma somatória de 469 alunos. Como não foi possível ter o controle do número de ausentes nos dias das aplicações dos questionários contamos com a colaboração dos estudantes presentes em sala de aula e que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Deste modo, totalizamos 185 estudantes, devido as intercorrências já citadas.

Neste primeiro momento das análises, serão apresentados dados sobre o perfil social dos estudantes, separados por curso.

4.1 Perfil social⁸ dos estudantes de Educação Física

Gráfico 1 - Classificação de gênero para os três cursos



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Do total de 25 respondentes dos alunos/as do curso de Licenciatura (100%), 13 (52%) se identificam como mulheres e 12 (48%) se identificam como homens.

Já no curso de Bacharelado de 44 alunos/as (100%), 13 (30%) se identificam como mulheres e 31 (70%) se identificam como homens.

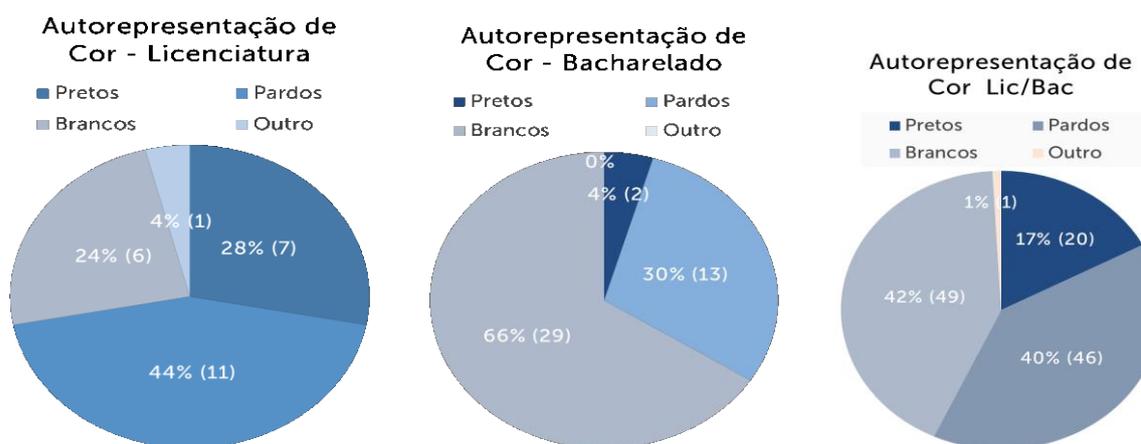
Para o curso de Licenciatura/Bacharelado, de 116 alunos/as (100%), 48 (41%) se identificam como mulheres e 68 (59%) se identificam como homens.

O que podemos observar por esses resultados, é que quando o curso se refere à área da Educação, temos uma quantidade de mulheres superiores à de homens, o que não acontece

⁸ Para efeito da caracterização dos participantes, não utilizaremos os dados sobre os aspectos econômicos solicitados no questionário, pois, para os objetivos específicos da investigação, esses dados não influenciaram nos resultados.

nas modalidades de Bacharelado. Esta relação de predominância do gênero feminino pode ser explicada historicamente, uma vez que ao longo do século XX, a relação entre mulher e magistério parte de uma representação de que a mulher teria o “dom” de cuidar e ensinar crianças, uma “vocação”, pelo simples fato de serem reconhecidas como mulheres e mães. Segundo Almeida (1998), a profissão de professora era a única permitida às mulheres nesse período, e esta era uma forma delas serem inseridas nos espaços públicos.

Gráfico 2 - Autorrepresentação de cor para os três cursos



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Do total de 25 dos alunos/as do curso de Licenciatura (100%), 7 se autodeclaram como pretos (28%); 11 como pardos (44%); 6 como brancos (24%) e 1 como indígena (4%).

No curso de Bacharelado, de 44 alunos/as (100%), 2 se autodeclaram como pretos (4%); 13 como pardos (30%) e 29 como brancos (66%).

No curso Licenciatura/Bacharelado de 116 alunos/as (100%), 20 se autodeclaram como pretos (17%); 46 como pardos (40%); 49 como brancos (42%) e 1(1%) como indígena.

Como já mencionado, para o IBGE a população negra se constitui pela junção dos grupos pretos e pardos, assim, adotamos tais definições para a análise dos questionários. Importante ressaltar que grande parte dos respondentes não sabiam que a população negra consiste pela junção destes dois grupos.

No curso de Licenciatura, temos um total de 18 (72%) de alunos/as, somando estes dois grupos, que se autorrepresentam como negros/as.

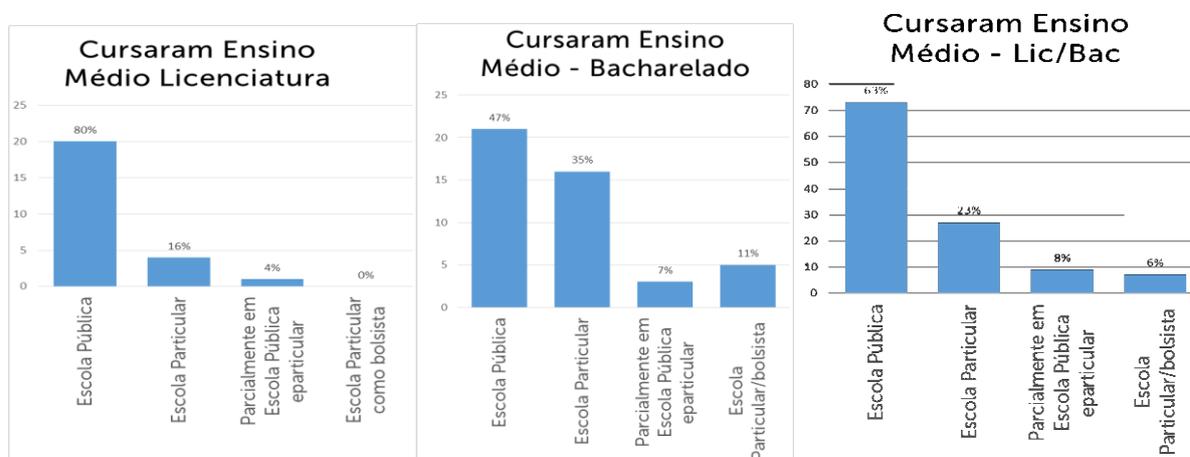
Na modalidade de Bacharelado, podemos perceber uma diferença em relação ao outro curso (Licenciatura). Identificamos que 15 (34%) dos alunos/as, se autorrepresentam como negros/as.

E na terceira modalidade do curso ofertado, Licenciatura/Bacharelado, proporcionalmente com maior quantidade de alunos/as, 66 (57%) dos estudantes se autorrepresentam como negros/as.

Quando somados os alunos matriculados nas três modalidades ofertadas, podemos observar que, de 185 (100%) que responderam ao questionário, a população negra na FAEFI/UFU, a partir da autorrepresentação de cor, totaliza 99 (54%). De acordo com o IBGE, a população negra no país é a maioria, e nesta amostra, as somatórias dos grupos étnicos coincidiram com os dados do IBGE.

Porém, é preciso se atentar quando uma pesquisa é somente de caráter quantitativo. Pois enquanto a população negra se estabelece por dois grupos étnico (preto e pardos), pode por vezes, não generalizando, ter um cunho tendencioso para o olhar do leitor a respeito dos dados apresentados. É preciso olhar para além dos números, e também lembrar que que trata de uma autorrepresentação. Será que realmente toda a população negra (pretos e pardos) tem consciência da responsabilidade desta autorrepresentação?

Gráfico 4 – Modalidade de Escola que cursaram Ensino Médio



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

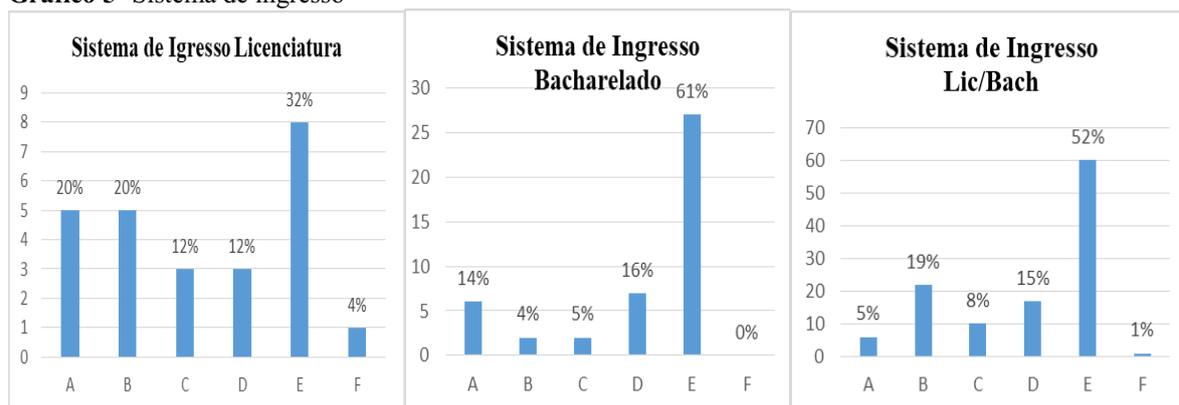
De 25 dos alunos/as do curso de Licenciatura (100%), 20 (80%) cursaram o Ensino Médio em escolas públicas; 4 (16%) em escolas particulares e 1 (4%) parcialmente em escola pública e particular.

De 44 alunos/as do Bacharelado (100%), 21 (47%) estudaram em escolas públicas; 16 (35%) em escolas particulares; 3 (7%) parcialmente em escolas públicas e particulares e 5 (11%) em escola particular como bolsistas.

No curso Licenciatura/Bacharelado de 116 alunos/as (100%), 73 (66%) cursaram em escolas públicas; 27 (23%) em escolas particulares; 9 (8%) parcialmente em escolas públicas e particulares e 7 (6%) em escolas particulares como bolsistas.

Podemos perceber que a somatória dos estudantes dos três cursos, 114 (62%) são oriundos de escola pública.

Gráfico 5- Sistema de ingresso



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Legenda Sistema de ingresso:

(A) Escola pública, pretos/pardos/indígenas e baixa renda; (B) Escola pública, preto/pardo/indígena; (C) Escola pública e baixa renda; (D) Escola pública; (E) Ampla concorrência; (F) outra

No curso de Licenciatura do total 25 (100%) alunos, 5 (20%) ingressaram por cotas de escola pública, pretos/pardos/indígenas e baixa renda; 5 (20%) ingressaram por cotas de escola pública, pretos/pardos/indígenas; 3 (12%) ingressaram por cotas de escola pública e baixa renda; 3 (12%) ingressaram por cotas de escola pública; 8 (32%) ingressaram por ampla concorrência e 1 (4%) outra.

No curso de Bacharelado da soma de 44 (100%) alunos/as, 6 (14%) ingressaram por cotas de escola pública, pretos/pardos/indígenas e baixa renda; 2 (4%) ingressaram por cotas de escola pública, pretos/pardos/indígenas; 2 (5%) ingressaram por cotas de escola pública e baixa renda; 7 (16%) ingressaram por cotas de escola pública; 27 (61%) ingressaram por ampla concorrência.

E no curso Licenciatura/Bacharelado da soma de 116 (100%) alunos/as, 6 (5%) ingressaram por cotas de escola pública, pretos/pardos/indígenas e baixa renda; 22 (19%) ingressaram por cotas de escola pública, pretos/pardos/indígenas; 10 (8%) ingressaram por cotas de escola pública e baixa renda; 17 (15%) ingressaram por cotas de escola pública; 60 (52%) ingressaram por ampla concorrência e 1 (1%) outra.

Analisando estes dados, podemos observar que, no curso de Licenciatura dos 25 (100%) alunos/as presentes, 10 (40%) ingressaram nas modalidades referentes à autorrepresentação de cor, escola pública e baixa renda, somando os dois grupos de classificação. No curso de Bacharelado dos 44 (100%) alunos/as, 8 (18%) ingressaram nas modalidades referentes à autorrepresentação de cor, escola pública e baixa renda. E na terceira modalidade no curso de Licenciatura/Bacharelado dos 116 (100%) alunos/a, 28 (24%) ingressaram nas modalidades referentes à autorrepresentação de cor, escola pública e baixa renda.

Identificamos que de 185 (100%) aluno/as participantes da pesquisa, 46 (25%) são ingressantes advindos do sistema de cotas que englobam tanto a classificação de cor quanto de baixa renda.

4.2 Análise das entrevistas

No segundo momento da pesquisa foram analisados os resultados de entrevistas estruturadas, de forma descritiva. Procedemos do seguinte modo: Os roteiros foram enviados por e-mail, individualmente, a cada um dos participantes que sinalizaram na primeira fase da pesquisa o interesse em participar da segunda fase.

Nos questionários aplicados na primeira fase (objetivo) havia um espaço destinado para colocarem contato de e-mail para que pudéssemos, posteriormente, entrar em contato com os participantes. Os e-mails foram enviados apenas para os dois grupos étnicos que compõem a população negra (pretos e pardos) que aceitaram colaborar nesta segunda fase. Os e-mails foram enviados um por vez, para que não houvesse a possibilidade de outras pessoas, sem serem os pesquisadores e o respondente, identificarem-se para os demais colaboradores.

Caso enviássemos o instrumento a partir da criação de um grupo de e-mails, e se na devolução o participante selecionasse a ferramenta “responder a todos”, se identificaria para os demais do grupo. Eticamente, ao nos adiantarmos sobre tal possibilidade, deparamos e-mails individuais.

Foram enviados 70 e-mails (100%) em que determinamos para a devolutiva um prazo de 10 dias. Obtivemos uma devolutiva de 14 entrevistas respondidas (20%), dentro do prazo estipulado. Desta variável, 8 questionários foram de pessoas que se autorrepresentam como Pretas e 6 que se autorrepresentam como Pardas.

O questionário consistiu de 3 questões descritivas relacionadas as definições de Racismo e Preconceito Racial, com o intuito de identificar como os participantes caracterizam

os termos e suas experiências vivenciadas em relação aos termos já citados durante o processo de formação inicial em Educação Física.

O método de análise utilizado para as entrevistas foi inspirado na técnica de Análise de Discurso. Seguimos o trabalho de Gomes (2002) utilizado em pesquisas qualitativas que se destacam em duas funções na aplicação da técnica. A primeira função se refere a verificação de hipóteses e/ou questões, e a segunda função está relacionada no que diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos.

A autora ainda explica que pode abranger três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na primeira fase é realizado a organização do material a ser analisado, onde se define unidade de contexto, trechos significativos e categorias. A segunda fase é a aplicação da fase anterior. E a terceira fase onde se busca por ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos que estamos analisando (GOMES, 2002).

Deste modo categorizamos as respostas das entrevistas em dois eixos/categorias: “Racismo e Preconceito Racial” como primeira categoria e “Experiências vivenciadas ou presenciadas de Racismo ou Preconceito racial” sendo a segunda categoria. Na primeira categoria levamos em consideração as representações sobre racismo e preconceito racial dos participantes, ou seja, como definem os termos. Na segunda, relatos de experiências vivenciadas ou presenciadas sobre discriminação pautadas na cor da pele.

4.2.1 Definições sobre racismo e preconceito racial

As definições de racismo e preconceito racial foram compreendidas pela maioria dos/as entrevistados/as como sendo algo semelhante e único e por, vezes, entendido de modo superficial. Caracterizado principalmente por atitudes de desrespeito, não aceitação do outro em virtude da coloração da pele, ofensas e julgamentos prévios.

Para o tratamento dos dados, os participantes foram enumerados e codificados aleatoriamente por autorrepresentação de cor, sendo os participantes que se autorrepresentaram como pretos nomeados como S1Pr até S8Pr, e os que se autorrepresentaram como pardos identificados como S9Pa até S14Pa. Deste modo, elaboramos esta primeira categoria que foi subdividida em três temáticas e as identificamos como “definição de racismo”, “definição de preconceito” e as respostas que não diferenciaram racismo e preconceito racial, tratando as expressões como sinônimas e que nomeamos como “não diferenciam”.

Definição de racismo

Quando os participantes foram questionados sobre o que compreendiam como racismo, algumas respostas apresentaram como principais definições ato de humilhar, desrespeitar o outro devido a sua cor/etnia, exclusão, menosprezo, inferioridade e discriminação. Percebe-se que as respostas são variadas e que algumas definições aproximam-se ora de “ações” (menosprezo, humilhação, desrespeito) ora de processos de hierarquização (inferioridade).

A hierarquização de etnias, tendo como consequências falta de respeito com o outro pelo fato da etnia não ser a mesma que a sua, se direcionar a ela tentando ofender ou diminuir. (S6Pr)

Racismo é quando você acha que uma raça é inferior a sua e você trata com discriminação. (S11Pa)

A partir dos trechos destacados percebemos que alguns colaboradores apresentam percepções que se alinham com as definições sobre racismo encontradas na literatura científica da área. Nesse sentido, compreendem o racismo como “processo de hierarquização” de etnias que remete a uma crença de que existiriam diferentes “raças” e que determinadas “raças” seriam “inferiores” as outras, o que estabelece uma relação de poder que, em consequência, gera uma assimetria.

Ao tratarem do termo como hierárquico nossos colaboradores se aproximam, por exemplo, do que Zamora (2012) define em seu trabalho. A autora apresenta o racismo como um conjunto de crenças de que existiram diferentes “tipos” de raça e que elas se relacionariam entre si de uma maneira valorativa. Ou seja, essa representação permite construir a ideia de que, no plano social, algumas “raças” teriam mais importância que outras.

Silva (2012, p. 3) explica que a sociedade enquanto “cultura como categoria antropológica, foi constituída pela ideia de raça, assim como a própria raça foi culturalmente constituída”. Ou seja, o racismo se refere ao plano representacional de crença de que existiriam diferentes tipos de raças e de que umas “valeriam” mais que outras.

Sobre a “origem” do racismo, um colaborador problematiza que se trata de uma produção cultural, pois remete a criação do sujeito pela família, bem como pelas experiências que obteve nos espaços de sua convivência:

É um conceito pré definido, em que o indivíduo que comete o racismo tem como base para isso, a criação em sua família, o meio em que se convive e desenvolve o

seu senso comum. Ato de menosprezar alguém que é aparentemente diferente para com quem se comete o racismo. (S13Pa)

O colaborador é sensível ao perceber que o racismo não se manifesta por um ato “natural”, ou seja, não nasce com o sujeito. Para fabricar um sujeito racista é preciso com que o meio sociocultural produza representações fictícias de que a negritude, e tudo o que a ela se refere, remeteria a algo negativo. Tal fato, como o próprio participante atenta, contribui para “menosprezar alguém que é aparentemente diferente para com quem se comete o racismo”.

Alguns exemplos de nossa linguagem usualmente proferido em nosso meio social, tais como: “mercado negro” (ilícito), “magia negra” (ligado diretamente a algo ruim), “ovelha negra da família”, “lista negra” etc., nos fazem perceber as negativizações impostas à negritude. Estas expressões, por vezes, são naturalizadas e quem as expressa não se atenta que está atribuindo tudo o que é tido como negro a algo ruim/negativo.

Batista (2018) apresenta em seu trabalho que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento. Assim, podemos compreender que se eu não tenho uma crença de que alguns grupos são diferentes de mim, eu não vou agir de maneira a excluí-los, não reconhecê-los, violentados etc.

Segundo Savazzoni (2015), o caráter do ser humano é moldado por exemplos vivenciados no meio social no qual está inserido, aprendendo desde cedo, a separar, diferenciar a atribuição de estigmas. O racismo é uma consequência do ambiente que o indivíduo se constituiu enquanto ser social, porque “racismo, com sua prepotência ideológica, que pretende tornar alguns superiores a outros” (SAVAZZONI, 2015 p. 4). Deste modo, compreende-se que ninguém nasce racista, é uma questão de formação social, o meio no qual o indivíduo está inserido pode influenciar em suas atitudes.

Outras respostas, embora estejam pautadas, de certa forma, em uma relação de pensamentos hierárquicos, apresentam a percepção do racismo na condição de um ato que materializaria o pensamento de inferioridade de um sujeito em relação a outros.

O racismo é a **exclusão** e não aceitação de pessoas de raças diferentes. (S2Pr)

A resposta do colaborador em relação ao que seria racismo, aproxima-se muito do que compreendemos como preconceito racial. Pois, o ato de exclusão se configura como uma prática, uma ação violenta a alguém, que julga-se ser inferior, devido a cor de pele.

Um estudo realizado pelo IBGE (2019) aponta que a população negra é a principal vítima de homicídio no Brasil. Segundo a pesquisa, entre 2012 e 2017 foram registradas 255

mil mortes de negros por assassinato, e em proporção, negros tem 2,7 mais chances de serem vítimas do que brancos. Mas, o que faz de um país onde a maioria da população se autorrepresenta como negra, e ao mesmo tempo essa autorrepresentatividade ser o principal alvo de mortes?

Inferimos que muitos estudantes compreendem o que seria racismo, de certo modo, com confusão. Algumas respostas se aproximam mais de práticas objetivas de preconceito racial. Outras falas apresentam caráter bem conceituais, que partem de um conceito estabelecido na literatura. Destas respostas, pode ser que nossos colaboradores se expuseram durante seus processos formativos (escolares ou não) a discussões críticas sobre a temática.

Definição de preconceito racial

Quando os participantes foram indagados sobre o que compreendiam como preconceito racial, algumas respostas dos/as entrevistados/as apresentaram como principais palavras chaves julgamento de inferioridade ou desigualdade, associação à ações erradas ou ruins, discriminação e intolerância.

Tratamento desigual de uma pessoa em relação à outra em virtude de sua cor/raça (S7Pr)

Na minha opinião, preconceito racial é o ato de um indivíduo julgar uma pessoa por conta da sua cor, mesmo antes de conhecê-la. Por exemplo: “Todo negro é pobre” (S14Pa)

Nos dois trechos acima identificamos que os estudantes entendem que o preconceito se dá por atitudes na qual criam-se pensamentos ruins prévios sobre alguém, simplesmente pelo fato da cor de sua pele, sem antes mesmo conhecê-lo. Os estigmas, como já mencionados, são atribuídos de modo direcionado a um grupo étnico, por vezes, de modo “velado”, apenas por olhares, ou em situações extremas, chegando a casos agressivos de violências de diversas formas.

Preconceito racial é quando um indivíduo de determinada cor é intitulado e associado às ações erradas ou ruins. (S1Pr)

Neste terceiro trecho percebemos o quanto a imagem do ser humano pode ser caracterizada e/ou relacionada a algo ou ações boas ou ruins. O preconceito é o ato de externalizar um pensamento. Schwartz (2001) afirma que, atualmente no Brasil, o preconceito ocorre de forma mais íntima, uma vez que o racismo na Constituição Federal de 1989, é considerado como um crime inafiançável. Em contrapartida, ações preconceituosas como

apelidos, seleção de entrevistas que pedem foto nos currículos, são maneiras “discretas” que permitem ações desta magnitude, e que passam como “normais” para a sociedade.

No que se refere à Educação, entendemos que o espaço escolar que compreende desde a educação básica ao ensino superior, é um espaço no qual diferentes relações culturais se manifestam. Como já mencionada, a Lei 10.639/03 legisla sobre a obrigatoriedade do ensino da história Africana e Afro-brasileira nas escolas de educação básica, e deveria ser materializada em todos os níveis e modalidades educativas, inclusive, na universidade (que, em muito, não se “vê” como escola)!

Discussões sobre a temática étnico racial se faz cada vez mais importantes, uma vez que tantos casos de racismo e preconceito racial acontecem diariamente em diversos lugares, e são simplesmente silenciadas. Será que o espaço escolar, silenciando-se, estaria sendo conivente com tais práticas? Nos cursos de Educação Física investigados neste trabalho estão sendo levantadas estas questões?

Não diferenciaram

Identificamos ainda algumas pessoas que apresentam uma falta de clareza nas definições dos dois termos supracitados. Para elas, racismo e preconceito racial são compreendidos em sentido único, não havendo diferenciação específica. Ou seja, quando analisamos as duas primeiras respostas às entrevistas, parecem tratar as expressões como sinônimas.

Na minha opinião preconceito racial seria o mesmo de racismo. (S5Pr)

Eu não sei qual diferença entre racismo e preconceito racial. Para mim, são exatamente a mesma coisa e o segundo foi criado para atenuar o primeiro. (S4Pr)

Podemos perceber que alguns entrevistados/as não compreendem conceitualmente o significado dos termos racismo e preconceito racial quando comparamos suas respostas com a literatura da área. Isto nos chamam a atenção porque pode contribuir para que esses sujeitos não nomeiem determinadas situações que presenciam ou são expostos como racismo e como preconceito, contribuindo, muitas vezes, para enfrentá-las.

Entender conceitualmente como ocorrem os processos discriminatórios presentes na sociedade, permite com que os sujeitos possam resistir frente aos processos opressivos que tendem a subjugar o outro com base na coloração de sua pele. Pode contribuir também para

que os sujeitos façam valer os seus direitos e acionem os mecanismos jurídicos que auxiliam a visibilizar que racismo e preconceito racial ainda são presentes na sociedade brasileira, embora práticas consideradas pelo código penal como crimes inafiançáveis. Mas, embora existam leis que criminalizam tais atos, se faz necessário uma mudança de atitude e comportamento da sociedade.

É preciso também falar sobre racismo estrutural e como ele está impregnado na sociedade. Silva et al. (2009) descreve que o racismo estrutural não se manifesta em atos explícitos. Ele atua de forma disseminada nas rotinas diárias de instituições, que agem de certo modo atribuindo de forma diferenciada oportunidades e benefícios aos diferentes grupos étnicos, gerando mais desigualdades no país.

Vejo racismo como forma de preconceito racial, criado pela sociedade como maneira de impor uma cor de pele sobre a outra, desde a antiguidade histórica, para usufruir e sobrepor sobre outros de forma preconceituosa e injusta. (S12Pa)

Em contrapartida, identificamos que alguns colaboradores parecem não atentar para a necessidade de nomeação das diferentes formas de estigmatização e preconceitos que acometem os corpos não brancos devido ao racismo e preconceito racial. Tal não diferenciação terminológica também remete a um afastamento das discussões acadêmicas sobre os temas, fato que pode contribuir para que não percebam situações sociais produzidas pelo racismo. Fato a sofrer reflexão é o quanto o racismo estrutural produz mentalidades que não se provocam com atitudes discriminatórias baseadas na não branquitude.

4.2.2 Experiências vivenciadas ou presenciadas

Como segunda categoria/eixo, problematizamos como se configuram as experiências vivenciadas ou presenciadas pelos participantes no que se refere ao racismo e às práticas de preconceito racial durante o processo formativo.

Ao analisar as quatorze entrevistas, percebemos que nove colaboradores/as responderam que nunca presenciaram nem sofreram situações opressoras baseadas na cor da pele. Todavia, das cinco respostas que foram positivas em relação a questão “Você já sofreu e/ou presenciou alguma situação de racismo ou de preconceito racial na graduação em Educação Física? Se sim, como lidou com a situação?”, todas sinalizaram atitudes desta magnitude durante o período de formação. Destas, duas relataram que vivenciaram diretamente tais situações e três mencionaram ter presenciado esses fatos.

Assim, também elencamos duas temáticas para diferenciar os grupos: “experiências vivenciadas” e “experiências presenciadas”.

Experiências vivenciadas

Quando os/as participantes foram questionados sobre as experiências por eles/as vivenciadas, percebemos duas situações em que os/as participantes foram alvo. Nestes dois casos, o “motivo” foi o cabelo ser mantido como natural, no caso deles, o cabelo crespo.

Já sofri bullying⁹ por conta do meu cabelo crespo. (S2pr)

Tive essa experiência no estágio, pois infelizmente as crianças não são criadas para conviver com as pessoas que são diferentes delas, a criança disse que meu cabelo não era nenhum pouquinho bonito por ser desarrumado. Então expliquei que feio e bonito era relativo e que meu cabelo para o alto eu achava bonito e que para mim estava arrumado, e que na minha opinião todos os cabelos são bonitos. (S6Pr)

Consideramos que os relatos das entrevistas deixam bem claro que as situações sofridas diretamente, apresentam como causa do racismo ou do preconceito racial, o estereótipo das pessoas, neste caso em específico, o tipo e forma de arrumar o cabelo. As duas respostas foram relatadas por pessoas que se autorrepresentaram como pretas. O cabelo natural significa para elas, um símbolo de resistência e aceitação, mas, para algumas pessoas é motivo de piadas, chacotas ou apelidos, com intuito de ridicularizar ou humilhar.

Ao olharmos para a vítima de preconceito sofrido campo de estágio, podemos identificar que ainda existe a ausência de diálogo entre a instituição escolar e as crianças quando o assunto é respeitar as “diferenças”. Gomes (2002) em seu trabalho, representar como se dão as trajetórias escolares do corpo negro e cabelo crespo. A autora ressalta que a escola é um local onde não se aprende e compartilha apenas conteúdos e saberes escolares, mas também, valores, crenças, hábitos e quebra de preconceitos.

Neste trabalho a autora realizou entrevistas com pessoas adultas que relataram como foram a infância escolar e os enfrentamentos frente ao preconceito e racismo por conta da cor e cabelo crespo. A autora concluiu que na escola é o espaço onde pode se reproduzir tais acontecimentos, mas que também pode ser um espaço de superá-los. Mas para que isto seja possível, é necessário a ampliação desta temática nos currículos escolares, de modo a contribuir para a formação do indivíduo.

⁹ Bullying é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos, contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas.

Experiências presenciadas

Nesta segunda temática os participantes expuseram os fatos em que presenciaram claramente as situações de racismo e/ou preconceito racial. Também apresentaram informações sobre como foram suas reações perante os acontecimentos. Foram identificadas três situações de formas variadas, relatadas a seguir.

Já presenciei quando estava participando das Olimpíadas Universitárias. Lembro de ficar assustado e prestar apoio a uma atléctica que entrou com um recurso contra o torcedor que praticou a ação de racismo contra um atleta. (S9Pa)

Já presenciei, mas nesse caso foi dado com consentimento de quem recebeu as ofensas, dado que os envolvidos eram conhecidos, e ficou como brincadeira. (S13Pa)

Nos dois trechos apresentados acima, os colaboradores identificaram a dimensão dos fatos ocorridos. Tais situações, embora não especificadas, subentendem-se que pautadas pelo racismo uma vez que xingamentos foram direcionados a ele devido a cor de sua pele.

Segundo Ribeiro (2004), o Brasil, no aspecto legal, teve uma ação permissiva diante da discriminação e do racismo cujos reflexos são sentidos ainda hoje. Essa “herança” que a escravização deixou para os negros no país, ainda se faz muito presente em todos os âmbitos da sociedade.

Muitas marcas deixadas pelo período de escravização no país não são contadas em salas de aula como, por exemplo, o decreto nº13331 de 17 de Fevereiro de 1854 que “estabelecia que não seriam admitidos escravos nas escolas públicas do país e a previsão para a instrução de adultos negros dependia da disponibilidade de professores” (RIBEIRO, 2004 p. 2).

A exposição de situações de violência também foi relatada como estratégia de denúncia do preconceito presenciado:

Não sofri mas presenciei. Expus a situação a público afim de conscientizar a pessoa que executou as ofensas, através de outras opiniões, que aquilo que ela fez não era nada certo. (S7Pr)

Além de presenciarem, percebemos algumas tentativas de prestarem solidariedade às vítimas no sentido de exposição dos casos. Inferimos que o entrevistado, ao se posicionar a respeito da circunstância, se coloca na posição do outro. Talvez a explicação para este fato, seria de o entrevistado também se autorreconhecer como preto, e se viu “colocado” na mesma

situação. Este trecho remete-se ao racismo e/ou preconceito, por justamente o indivíduo ser caracterizado de modo inferior ao outro.

Percebemos que os relatos dos casos presenciados mostram o quanto ainda são recorrentes essas situações, e que as formas decorrentes desta violência se dão como fato único, a cor da pele (neste caso, a pele preta).

Será que não se representar como negro (pardos e pretos são negros! IBGE) influencia na compreensão de preconceitos sofridos ou presenciados, bem como nas formas de solidariedade prestadas às vítimas de racismo? Será que, realmente, durante o processo de formação, os dois sujeitos pardos nunca sofreram processos de opressão? Ou não reconheceram que sofreram por, talvez, não se reconhecerem como negros? Pardo seria um tipo de branco? Para os pardos: será que se reconhecem como negros, uma vez que o IBGE os classifica como tal? Seria importante um processo de sensibilização na universidade sobre o autorreconhecimento positivo na negritude por pessoas pardas? Estes são alguns questionamentos que deixamos como reflexão.

Ao resgatarmos Thomaz (2003), podemos inclusive ampliar o alcance de nossas análises sobre a percepção ou não de racismo e preconceito racial de nossos colaboradores. Para o autor, quando existe a negação do racismo e preconceito baseado na cor, ocorre a proliferação da ideia de democracia racial que, comumente, é compreendida a partir da meritocracia. Ou seja, divulga-se a ideia de que, pelo Brasil ser um país onde convivem “diferentes raças”, tal convivência seria harmônica e que as desigualdades sociais observadas entre negros e brancos estaria focada no esforço pessoal, no mérito da pessoa que, se quisesse, poderia melhorar sua vida.

Tal ideia, quando problematizamos o racismo, abre pressupostos para a produção de que se negros e negras se esforçarem, eles/as também poderão usufruir de direitos iguais aos concedidos aos brancos. Todavia, sabemos que esses discursos só alimentam o abismo da desigualdade que existe entre negros e brancos e que, por vezes, por ser inserido em uma sociedade que negativiza a negritude e sua cultura, alguns sujeitos não brancos podem internalizar e naturalizar o pensamento racista, inclusive contra sua própria subjetividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que em relação ao perfil social dos estudantes dos três cursos: 40% se identificam como do gênero feminino; 60% como do gênero masculino; 54% se autodeclararam como negros/as; 62% são oriundos de escola pública e 25% ingressaram na universidade pelo sistema de cotas raciais/sociais.

Em relação a percepção de racismo e preconceito racial por parte dos estudantes, foi possível identificar que a maioria dos entrevistados (nove), relataram que nunca sofreram ou presenciaram algo desta magnitude. Talvez, a percepção de tal fato por estes entrevistados tenha passado por vezes, despercebido ou ainda não foi dada devida atenção a situação. Porém, identificamos cinco entrevistados que se viram diante tal ocorrência.

No tocante de vivenciarem tal circunstância, dois estudantes se manifestaram. Um entrevistado, apresentou uma reação frente tal exposição, no momento de vivência no estágio curricular, onde pode ensinar à criança a respeitar o que é tido como “diferente”. Já no contexto dos entrevistados presenciarem formas de racismo/preconceito racial, identificamos que dois estudantes se sensibilizaram perante a situação, prestando apoio e, um caso específico, expos o proferidor das ofensas.

Não podemos deixar de destacar também a importância do indivíduo quando ele se intitula pertencente de um grupo étnico, e das atribuições dadas a ele em razão a este pertencimento. Como já indagado ao longo do texto, que embora a população negra no Brasil se constitua de pretos e pardos, foi possível diferenciar que quando o racismo ou o preconceito se dá pela cor da pele, quem mais sofre tais situações, na maioria dos casos é quem se identifica como preto.

Posto que, as pesquisas estatísticas quantitativas trazem a população negra (pretos e pardos) como maioria em porcentagem em relação a população branca no país, devemos ter um olhar cauteloso para além destes números. Ao longo do trabalho e nas mídias sociais, nos deparamos com casos e relatos de pessoas que sofrem diariamente situações racistas e/ou preconceituosas, (e como maioria, pessoas pretas!).

Algumas questões emergiram a partir dos resultados: será que quem se autorrepresenta como pardo também sofre tais processos discriminatórios relacionados a cor da pele? Será que estes são sensíveis a identificarem situações de racismo e/ou preconceito racial para consigo e seus pares, uma vez que, para o IBGE, pertencem ao grupo étnico considerado como negro?

É necessário compreender que só o fato da população negra ser em percentual a maioria no país, não faz com que tais ocorrências não existam ou sejam extintas, uma vez que

a sociedade deve ser (re)educada em relação a estas atitudes. É preciso uma desconstrução de preconceitos e estereótipos, que foram perpetuados ao longo do tempo, e isto só é possível, por meio da educação.

A partir destes fatos, podemos perceber o quão é necessário compreender tais questões para que seja possível um diálogo, uma vez que os campos de atuações são amplos, ou seja, ultrapassam o espaço formal (âmbito escolar) e espaço não formal (academias, clubes, etc.). O professor/profissional de Educação Física, precisa estar preparado para quando surgir estas situações, saber lidar da melhor maneira possível.

Ao investigarmos sobre as percepções de racismo e preconceito racial no processo de formação inicial em educação Física, compreendemos que este trabalho poderá contribuir não só para a identificação e atenuação de tais acontecimentos presentes em âmbito universitário, mas poderá também auxiliar em estratégias pedagógicas de ensino, de modo a viabilizar os/as alunos/as a compreenderem conceitualmente estes termos, e também de certo modo discernirem, situações vividas e/ou presenciadas.

Concluimos que, para que tais discussões sejam exequíveis, é necessário que mais estudos na área da Educação Física sejam realizados, principalmente por ser um assunto pouco discutido na área. O intuito dessas discussões, é de assumir com relevância esta temática no processo de formação inicial e, contribuir deste modo, para a conscientização das pessoas, a fim de atenuar estes fatos, ainda recorrentes em nosso meio e (que muitas vezes são omissos), que interferem diretamente na vida das pessoas que sofrem tais atos de violência.

REFERÊNCIAS

- ACAYABA, C. Aluno da FGV é acusado de racismo após dizer que encontrou escravo no fumódromo. **G1 Últimas Notícias**, Rio de Janeiro, 9 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/aluno-da-fgv-e-acusado-de-racismo-apos-dizer-que-encontrou-escravo-no-fumodromo.ghtml>. 30 abr. 2018.
- ALEIXO, C. Me senti extremamente violada, diz jovem que teve turbante arrancado em festa de formatura em MG. **G1 Últimas Notícias**, Minas Gerais, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/me-senti-extremamente-violada-diz-jovem-que-teve-turbante-arrancado-em-festa-de-formatura-em-mg.ghtml>. Acesso em: 30 de abr. 2018.
- ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000028.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- ANTONIO, S. A. G. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n.1, p. 9-43, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v47n1/a01v47n1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.
- BASTOS, L. J. *et al.* Experiências de discriminação entre universitários do Rio de Janeiro. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.44, p. 28-38, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-89102010000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso: 23 set. 2018.
- BATISTA, W. M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 2581-2589, outubro de 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000402581&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 dez. 2019.
- BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **Educar**, Curitiba, v. 12, n. 12, p. 153-165, 1996. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36031/22220>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BOSKOVIC, B. A.; KOZICKI, K. Preconceito e tolerância: reflexões acerca das cotas raciais nas universidades direito, **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 10-31, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/597/389>. Acesso em: 15 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192. Acesso em: 02 jul. 2019
- BRASIL. **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm. Acesso em: 01 de abr. de 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 29 mar. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira e Indígena, Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 29 mar.2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/9394.htm. Acesso em: 29 jun. 2018.

CANEN, A.; XAVIER, G. P. M. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48 set/dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a07.pdf>. Acesso em: 03 maio 2019.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. Brasília, DF: IPEA, 2017. (Texto para Discussão, n. 2267). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7383/1/td_2267.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

DANTAS, G. S. Efeitos de primings de crime na identificação de armas, no racismo, na desumanização e na atribuição de punição. 2014. Dissertação (Mestrado).- UFBA, Salvador, 2014. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/gilcimar_dantas.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

DIAS, L. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, set/dez., p. 661-674, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27524689010>. Acesso em: 01 de mai. de 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GLASS, D. R. Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 93, n. 235, p. 883-913, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/17.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2018.

GOODE, W. J; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1979.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, Junho 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 out. 2019.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, Dez. 2002. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 dez. 2019.

GOMES, R. A análise de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de apoio à universidade de São Paulo, Ed. 34, 2002.

HENRIQUES, R. **Raça e Gênero nos sistemas de ensino- os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

IBGE: População negra é principal vítima de homicídio no Brasil. Rio de Janeiro. 2019. In: **Exame**. 13 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ibge-populacao-negra-e-principal-vitima-de-homicidio-no-brasil/>. Acesso em: 03 dez. 2019.

KAMEL, A. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LEMOS, I. B. de. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade.

Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782017000400226&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2018.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 81p.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/107184/105723>. Acesso em: 13 out. 2018.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988. In: MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**.

Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Disponível em:
<https://www.academia.edu/37262037/rediscutindo-a-mesticagem-no-brasilkabengelemunanga.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

NEVES, P. S. C.; LIMA, M. E. O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.12, n.34, p.17–38, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v12n34/a03v1234.pdf>. Acesso em: 06 set. 2019.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, São Paulo, v.17, n.1, pp.89-98 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n1/v17n1a07.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2018.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo contra negros: sutileza e persistência. **Revista de psicologia política**, São Paulo, v. 14, n. 29, p. 101-121, abr. 2014 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 dez. 2019

RAÇA. *In: Dicionário Aurélio*. [S. l.: s. n.] 2018. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/raca>. Acesso em: 28 mar. 2018.

RANGEL, I. C. A. Educação física na educação infantil: notas sobre a possibilidade de formação de preconceito étnico racial. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.5, p. 135-146, 2006. Disponível em: [editorarevistas.mackenzie.br > index.php > remef > article > download](http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/download). Acesso em: 18 jun. 2019.

RIBEIRO, M. Apresentação do SEPPIR. *In: BRASIL*. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

SALES P. J. Diálogos sobre o exercício da docência: recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 147-172, jan./abr. 2011 Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/15073/11515>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SARAIVA, A. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. *In: IBGE. Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SAVAZZONI, S. A. Preconceito, racismo e discriminação. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, São Paulo, v. 12, n. 12, 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD/article/view/6609>. Acesso em: 04 dez. 2019.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil**. [S.l.: s.n.], 2001.

SILVA, J. et al. A promoção da igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, L. (org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos vinte anos. Brasília, DF: Ipea, 2009. p.147-70. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2012.v16n40/121-134/#ModalArticles>. Acesso em 04 dez. 2019.

SILVA, L. M. P. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. Contemporânea - **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/135055>. Acesso em: 02 dez. 2019.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumara ; Fundação Ford, 2003.

TOBIAS, J. S. **Negros e negras chegam à universidade**: estudo sobre as trajetórias acadêmicas e as perspectivas profissionais dos cotistas da Unifesp. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09122014-123631/pt-br.php>. Acesso em: 23 set. 2019.

THOMAZ, O. R. Democracia por entre classes e raças. **Revista brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 170-172, outubro, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Faculdade de Educação Física e Fisioterapia. **Projeto pedagógico do curso**. Uberlândia: FAEFI, 2011. Disponível em: http://www.faeфи.ufu.br/sites/faefи.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Projeto_Pedagogico_Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20Bacharelado.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

WELLER, W.; FERREIRA, E. C.; MEIRA, A. P. B. Relações étnicorraciais e de gênero na escola e no espaço acadêmico: experiências de jovens negras da Universidade de Brasília. **Educação**, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 77-94, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacao>. Acesso em: 30 abr. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

ZAMORA, N. R. H. M. Desigualdade Racial, Racismo e seus Efeitos. **Fractal Revista de Psicologia**, Niterói, v. 24, n. 3, p. 563-578, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v24n3/09.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO**PESQUISA: RACISMO E PRECONCEITO RACIAL NA FORMAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES NEGROS?**

Data: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Idade: _____

Gênero: () Masculino () Feminino () Outro. Qual: _____

Endereço: _____

Cidade em que reside: _____

Curso:

() Bacharelado/Licenciatura em Educação Física

() Bacharelado em Educação Física

() Licenciatura em Educação Física

Ano/semestre de ingresso: _____

Telefone: () _____ - _____

E-mail: _____

1) VOCÊ SE AUTODECLARA:

() Branco/a

() Preto/a (Termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)).

() Pardo/a

() Indígena

() Outro

2) RENDA MENSAL FAMILIAR (Valor atual do salário mínimo: R\$998,00).

() Nenhuma Renda

() Até 1 salário mínimo

- De 2 a 3 salários mínimos
- De 4 a 5 salários mínimos
- De 6 a 7 salários mínimo
- Acima de 8 salários mínimos

3) NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA MÃE:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo |
| <input type="checkbox"/> Curso Técnico | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação |

4) NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO PAI:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo |
| <input type="checkbox"/> Formação Técnica | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação |

5) VOCÊ CURSOU ENSINO MÉDIO EM:

- Escola pública
- Parcialmente em escola pública e particular
- Escola particular como bolsista
- Escola particular

6) VOCÊ É ALUNO INGRESSANTE DO SISTEMA DE COTAS?

- Sim, escola pública, pretos/pardos/indígenas e baixa renda
- Sim, escola pública, pretos/pardos/indígenas
- Sim, escola pública e baixa renda
- Sim, escola pública
- Outra. Qual? _____
- Não (Ampla concorrência)

7) VOCÊ É A FAVOR DO SISTEMA DE COTAS?

- Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

8) CASO CONVIDADO/A VOCÊ ACEITARIA PARTICIPAR DA SEGUNDA ETAPA DESTA PESQUISA?

() SIM () NÃO

Agradeço sua participação.

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA ESTRUTURADA

ENTREVISTA ESTRUTURADA

Convido você a participar da segunda etapa da pesquisa intitulada **RACISMO E PRECONCEITO RACIAL NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES NEGROS?** referente a um Trabalho de Conclusão de Curso em desenvolvimento na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, conduzida pela pesquisadora Aline Cristina Simão de Oliveira, sob orientação do Prof. Dr. Vagner Matias do Prado. Devido a você ter sinalizado, durante a primeira etapa da mesma (resposta ao questionário), interesse em colaborar com as entrevistas, é que fazemos o presente convite. Cabe reafirmar que o sigilo das informações será garantido e, em nenhum momento, seu nome será divulgado.

Curso: () Licenciatura/Bacharelado () Licenciatura () Bacharelado.

Durante a primeira etapa da pesquisa você se autodeclarou como () preto () pardo

- 1) Como você definiria o racismo?

- 2) Como você definiria preconceito racial?

- 3) Você já sofreu e/ou presenciou alguma situação de racismo ou de preconceito racial na graduação em Educação Física? Se sim, como lidou com a situação?

Obrigada!

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Racismo e Preconceito Racial na formação em educação física: o que dizem os estudantes negros?” sob a responsabilidade dos pesquisadores Aline Cristina Simão de Oliveira e Vagner Matias do Prado.

Nesta pesquisa, desejamos investigar qual a percepção de estudantes que se autodeclararam como negros/as sobre racismo e preconceito racial durante o processo de formação inicial em Educação Física, nas três habilitações que, atualmente, são ofertadas pela Universidade Federal de Uberlândia (Licenciatura/Bacharelado, Bacharelado e Licenciatura).

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Aline Cristina, e o local de obtenção do termo será diretamente nas turmas que aceitaram colaborar com o este projeto, respeitando os horários de disponibilidade dos voluntários.

Na sua participação, você será submetido primeiramente à um questionário socioeconômico, e em um segundo momento da pesquisa, será realizada uma entrevista com perguntas simples e objetivas com relação ao tema do trabalho. Durante o processo de coleta de dados, a realização das entrevistas será por e-mail, enviadas individualmente a cada voluntário, a fim de manter o anonimato de sua participação na pesquisa.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Aline Cristina, via e-mail alinecris@ufu.br ou telefone (34) 99187-4365. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa